



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0007257-42.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Lyda Patricia Sabogal Paz**
Requerido: **VGR LINHAS AÉREAS S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido passagens aéreas para viajar aos Estados Unidos da América em férias, sendo que um dos voos seria realizado pela ré até a cidade do Rio de Janeiro para a devida conexão.

Alegou ainda que esse voo atrasou, de modo que não fez a aludida conexão e somente conseguiu embarcar no dia seguinte, perdendo um dia de férias.

Almeja à reparação dos danos morais que suportou em função disso.

A ré não negou em contestação os fatos articulados pela autora.

Limitou-se a asseverar que inexistiu falha na prestação de seus serviços e que o atraso que aconteceu derivou de fato alheio à sua vontade

Outrossim, realçou que a autora não faria jus ao recebimento da indenização pleiteada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Como se vê, os aspectos fáticos trazidos à colação não suscitam controvérsias, patenteado o atraso no voo da ré que levou a autora a perder a conexão que faria do Rio de Janeiro para os Estados Unidos.

Assentada essa premissa, é certo que tocava à ré a comprovação de sua explicação, por força da regra do art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil, mas ela não se desincumbiu desse ônus.

Nesse sentido, não amealhou um único indício que denotasse a ocorrência de impedimento alheio à sua atuação para que o voo da autora se desse no horário previsto.

Nenhum elemento concreto foi coligido para comprovar que um ato de terceiro – aliás, não declinado em momento algum – inviabilizou a partida desse voo, deixada apenas para o dia seguinte.

Diante desse contexto, impõe-se a conclusão de que a responsabilidade da ré não pode ser afastada ou mesmo atribuída a outrem, devendo ser por isso reconhecida.

Resta saber se em função do ocorrido a autora suportou ou não danos morais passíveis de ressarcimento.

Reputo que tal realmente teve vez.

A viagem da autora destinava-se às suas férias e logo de início ela foi submetida a frustração de vulto.

Foi obrigada a permanecer no Rio de Janeiro e perdeu um dia das férias que programara.

É claro que isso causou abalo à autora que foi muito além dos meros dissabores inerentes à vida cotidiana, o que de resto acometeria qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar.

Ela, portanto, faz jus à indenização pleiteada.

Todavia, o valor dela não haverá de ser o proclamado, que se afigura excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica dos litigantes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização pelos danos morais suportados em três mil reais para a autora.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 3.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 10 de setembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**